

**RELATÓRIO**

**18º**

**ENCONTRO NACIONAL  
DO PODER JUDICIÁRIO**

**CAMPO GRANDE/MS**

**2 E 3 DE DEZEMBRO DE 2024**





**RELATÓRIO**

**18<sup>o</sup>**

**ENCONTRO NACIONAL  
DO PODER JUDICIÁRIO**

**CAMPO GRANDE/MS**

**02 E 03 DE DEZEMBRO DE 2024**



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

### **Presidente**

Ministro Luís Roberto Barroso

### **Corregedor Nacional de Justiça**

Ministro Mauro Campbell

### **Conselheiros**

Guilherme Caputo Bastos

José Rotondano

Mônica Nobre

Alexandre Teixeira

Renata Gil

Daniela Madeira

Guilherme Guimarães Feliciano

Pablo Coutinho Barreto

João Paulo Schoucair

Daiane Nogueira de Lira

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

### **Secretária-Geral**

Adriana Alves dos Santos Cruz

### **Secretário de Estratégia e Projetos**

Gabriel da Silveira Matos

### **Diretor-Geral**

Johaness Eck

### **Secretária de Comunicação Social**

Giselly Siqueira

### **Coordenadora de Imprensa**

Cecília Malheiros

### **Coordenador de Mídias**

Jônathas Seixas

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

Marcelo Simões Ayres

### **Revisão de texto**

### **Departamento de Gestão Estratégica (DGE)**

#### **Juiz Coordenador**

Fábio Cesar dos Santos Oliveira

#### **Diretora**

Fabiana Andrade Gomes e Silva

#### **Assistente II**

Priscila Alberti Leite

#### **Chefe da Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário**

Gabriela Teixeira da Cunha Lobo

#### **Chefe da Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia**

Pedro Farage Assunção

#### **Chefe da Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário**

Marcos Vinícius Silva Campos

2024

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>7</b>  |
| <b>SOLENIIDADE DE ABERTURA</b> .....  | <b>8</b>  |
| <b>CONFERÊNCIA MAGNA - MAGISTRATURA, EFICIÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO<br/>E O USO DAS TECNOLOGIAS</b> ..... | <b>10</b> |
| <b>PANORAMA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES</b> .....  | <b>11</b> |
| <b>PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE - EDIÇÃO 2024</b> .....  | <b>13</b> |
| PREMIADOS NA CATEGORIA PRATA .....  | <b>14</b> |
| PREMIADOS NA CATEGORIA OURO .....   | <b>15</b> |
| PREMIADOS NA CATEGORIA DIAMANTE .....   | <b>16</b> |
| PREMIADOS NA CATEGORIA EXCELÊNCIA .....   | <b>17</b> |
| <b>REUNIÕES SETORIAIS COM OS SEGMENTOS DE JUSTIÇA</b> .....   | <b>18</b> |
| <b>PAINÉIS</b>  |           |
| 01 - PORTAL ÚNICO E SISTEMA INTEGRAL .....  | <b>22</b> |
| 02 - TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE:<br>CAMINHOS PARA O FUTURO DO PODER JUDICIÁRIO .....      | <b>24</b> |
| <b>PLENÁRIA DE ANÚNCIO DAS METAS 2025</b> .....   | <b>26</b> |
| ANEXO I – METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO 2025 .....  | <b>27</b> |
| ANEXO II – METAS ESPECÍFICAS DOS SEGMENTOS DE JUSTIÇA PARA 2025 .....                                     | <b>32</b> |
| ANEXO III – PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL .....  | <b>34</b> |
| ANEXO IV – LINKS DAS APRESENTAÇÕES DO EVENTO .....  | <b>35</b> |



# INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024, o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário. O evento foi realizado no Centro de Convenções Arq. Rubens Gil de Camillo, localizado em Campo Grande/MS.

O evento contou com a participação de Presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

Para marcar o início do 18º Encontro Nacional, foi convidada, sob a regência do maestro Eduardo Martinelli, a orquestra indígena para interpretar o hino nacional. Logo após, o Ministro Luís Roberto Barroso realizou a solenidade de abertura.

Na manhã do dia 3 de dezembro, também foi apresentado o balanço das principais atividades realizadas em 2024 pelos Tribunais Superiores e houve a premiação dos tribunais laureados com o Prêmio CNJ de Qualidade 2024.

No período da tarde, ocorreram as reuniões setoriais para deliberação e votação das metas para 2025, além dos painéis “Apresentação do Portal Único e do Sistema Integra” e “Tecnologia, comunicação e sustentabilidade: caminhos para o futuro do Poder Judiciário”.

Ao encerrar, foram anunciadas as Metas Nacionais do Poder Judiciário 2025 na plenária final. Ao todo, foram aprovadas dez Metas Nacionais e oito Metas Específicas, a serem alcançadas em 2025.

Ressalta-se que este Relatório tem como objetivo expor, de forma sucinta, o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exibe referências, links e imagens dos principais acontecimentos.

# SOLENIIDADE DE ABERTURA

A solenidade de abertura foi realizada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Luís Roberto Barroso; pelo vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin; pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, Desembargador Dorival Renato Pavan, e pelo Governador do Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel.

O Ministro Luís Roberto Barroso abriu o evento e, logo em seguida, passou a palavra para o Ministro Edson Fachin, que ressaltou a responsabilidade do Poder Judiciário em estar próximo da sociedade, frisando que os juízes devem vivenciar as realidades das comunidades que atendem para garantir decisões mais humanas e justas. Ele também salientou que o evento é um chamamento à ação, com foco na construção de soluções concretas para os desafios do Judiciário, além de renovar os compromissos éticos e constitucionais dos magistrados em prol da segurança jurídica e do Estado Democrático de Direito.

O governador Eduardo Riedel destacou a relevância dos temas abordados no encontro – tecnologia, comunicação e sustentabilidade – e sua aderência às demandas da sociedade contemporânea. Ele apresentou os avanços do Mato Grosso do Sul em áreas como prosperidade digital, inclusão social e desenvolvimento sustentável, evidenciando o diálogo construtivo entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no Estado. Por fim, reforçou a importância do evento para reflexões que podem impactar positivamente o futuro do país.

O desembargador Dorival Renato Pavan enfatizou o prestígio do evento, apontando a presença de magistrados e autoridades como símbolo da relevância do encontro. Ele reforçou a necessidade de humanizar o Judiciário, agilizar a prestação jurisdicional e aproximar a justiça dos cidadãos. Inspirando-se na poesia de Manoel de Barros, o desembargador defendeu a constante reinvenção do sistema judicial, tornando-o mais sensível, adaptável e conectado às necessidades do povo brasileiro.

Na sequência, o Ministro Barroso fez a apresentação do balanço de um ano de sua gestão, realçou os avanços e desafios do Poder Judiciário brasileiro, e reforçou seu compromisso com a modernização e a promoção de justiça. Ele mencionou que a produtividade do sistema judicial brasileiro é uma das mais eficientes do mundo, mesmo diante de desafios como o elevado número de processos e a complexidade das demandas.

Entre os temas abordados, o Ministro enfatizou a busca pela integridade e qualidade no Judiciário, como os exames nacionais para magistrados e cartórios, que asseguram padrões elevados no sistema. Ele também mencionou a importância dos direitos humanos, com ações voltadas à promoção da diversidade na magistratura e políticas que incentivam a igualdade de gênero e raça.

Outro ponto foi a eficiência e a desjudicialização, com medidas voltadas à redução do tempo de tramitação dos processos. O Ministro citou a simplificação de procedimentos e o incentivo à resolução de conflitos por meio de acordos, iniciativas que contribuem para desafogar o sistema e torná-lo mais ágil. Destacou a relevância da sustentabilidade ambiental, como o compromisso do Judiciário em adotar práticas mais responsáveis.

Na área tecnológica, o lançamento do portal único do Poder Judiciário foi destacado como um marco que busca facilitar o acesso à justiça e otimizar os processos, tornando-os mais transparentes e acessíveis. Essas inovações, aliadas às metas futuras, refletem a visão de um Judiciário que se moderniza para atender às demandas da sociedade de maneira eficaz e inclusiva.

Por fim, o Ministro evidenciou um esforço contínuo para transformar o Poder Judiciário em uma instituição mais acessível, eficiente e comprometida com os valores democráticos.



Solenidade de Abertura

# CONFERÊNCIA MAGNA

Em seguida, foi realizada a Conferência Magna – Magistratura, Eficiência do Poder Judiciário e o uso das Tecnologias, pelo Ministro Luís Roberto Barroso.

O Ministro iniciou destacando a importância da magistratura na defesa dos direitos fundamentais e da democracia, e enfatizou que a valorização dos juízes é uma realização da justiça.

Em seguida, Luís Roberto Barroso comunicou aos participantes alguns projetos que estão sendo realizados durante o biênio 2024-2025, sendo eles: o exame nacional de magistratura, que permitirá a uniformização de conhecimentos básicos da magistratura nacional; e um programa de bolsas de estudos de 2 anos para que candidatos negros à magistratura tenham a mesma competitividade, e assim, aumentar a equidade racial no Poder Judiciário.

Ao abordar os desafios enfrentados, o Ministro citou as dificuldades do Poder Judiciário e, usando dados do Justiça em Números, apontou os processos de execução fiscal como um dos maiores gargalos, uma vez que possuem um tempo maior para serem finalizados.

Para facilitar o acesso à justiça, o Ministro defendeu a importância de uma comunicação mais simples e objetiva. Nesse sentido, destacou a Portaria CNJ nº 351/2023, que institui o Selo Linguagem Simples no Conselho Nacional de Justiça, fortalecendo o Macrodesafio “Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade”.



Conferência Magna

# PANORAMA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

A mesa do painel de Panorama dos Tribunais Superiores foi composta pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Luís Roberto Barroso, pelo vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamim, pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Aloysio Corrêa, e pelo Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministro Francisco Joseli Parente Camelo.

O painel teve por finalidade apresentar os resultados de projetos e ações dos tribunais superiores no ano de 2024, alinhados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário.

O Ministro Luís Roberto Barroso destacou a importância de encontrar soluções para os desafios enfrentados pelo Poder Judiciário, especialmente a questão da sobrecarga de trabalho nos tribunais superiores. Ele enfatizou a necessidade de racionalizar o trabalho e encontrar soluções para garantir uma prestação jurisdicional de qualidade.

Em seguida, o Ministro Herman Benjamim discorreu a respeito da importância dos encontros nacionais da magistratura, que visam discutir temas sérios, promover inovações e premiar boas iniciativas. Ressaltou a complexidade do sistema judicial brasileiro e destacou a relevância de iniciativas como o Portal Único e a utilização de tecnologias como a inteligência artificial para otimizar a prestação jurisdicional. Finalizou destacando a importância da colaboração entre os tribunais e a necessidade de investir mais recursos no primeiro grau de jurisdição.

Por sua vez, o Presidente do TST, Ministro Aloysio Corrêa, destacou a importância da Justiça do Trabalho e sua contribuição para a sociedade. Ele ressaltou os avanços da Justiça do Trabalho em relação à solução consensual de conflitos e à consolidação do sistema de precedentes. Corrêa também mencionou a importância da cooperação entre os tribunais e a necessidade de investir em tecnologia para melhorar a eficiência da justiça.

O Presidente do STM, Ministro Francisco Joseli Parente Camelo destacou a importância de se avaliar e aprimorar a estratégia nacional da Justiça no Brasil, visando uma Justiça mais ágil e eficiente. Ele mencionou o trabalho contínuo da Justiça Militar da União para melhorar a prestação jurisdicional, mencionando que a Justiça Militar alcançou importantes metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e os projetos desenvolvidos pela rede de inovação da Justiça Militar. Encerrando, o

Ministro enfatizou a importância da transparência e da inclusão na Justiça Militar e a necessidade de continuar trabalhando para melhorar a prestação jurisdicional.

Finalizando o panorama dos tribunais, o Presidente do STF, Ministro Barroso, reiterou a importância dos temas discutidos durante o evento e a necessidade de buscar soluções conjuntas para os desafios enfrentados pelo Poder Judiciário.



Panorama dos Tribunais Superiores

# PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

## EDIÇÃO 2024

Para anunciar os ganhadores do Prêmio CNJ de Qualidade, compuseram a mesa: o Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Luís Roberto Barroso, acompanhado do vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Edson Fachin; do Corregedor nacional de justiça, Ministro Mauro Campbell Marques; das Conselheiras e dos Conselheiros do CNJ, Ministro Caputo Bastos, José Rotondano, Mônica Nobre, Alexandre Teixeira, Renata Gil, Daniela Madeira, Guilherme Feliciano, João Paulo Schoucair, Daiane Nogueira de Lira e Luiz Fernando Bandeira de Melo; da secretária geral do CNJ, Adriana Cruz; do Secretário de estratégia e projetos do CNJ, Gabriel Matos; e da Assessora chefe executiva do gabinete da presidência do CNJ, Leila Mascarenhas.

O Prêmio CNJ de Qualidade visa estimular e reconhecer o desenvolvimento de mecanismos de governança e gestão nos tribunais brasileiros, contribuindo para o aprimoramento da prestação jurisdicional. O Prêmio promove a melhoria na disponibilização de informações, além de incentivar o uso de tecnologia no Poder Judiciário e fomentar, também, o desenvolvimento de subsídios que auxiliam o planejamento estratégico e a formulação de Metas Nacionais.

As categorias são divididas em Excelência, Diamante, Ouro e Prata, contemplando tribunais de diferentes ramos da Justiça.

Nesta edição, houve uma inovação importante: a divisão nas categorias por porte dos tribunais, evitando comparações inadequadas entre órgãos com diferentes estruturas. O Ministro ressaltou que o prêmio reconhece o esforço coletivo dos tribunais de todo o país e reflete o compromisso com a excelência na Justiça. Essa iniciativa busca valorizar o trabalho realizado e incentivar a melhoria contínua no sistema judiciário brasileiro. O Ministro fez também uma menção especial ao trabalho realizado pelos tribunais do Rio Grande do Sul, destacando a rápida recuperação e o esforço coletivo após a tragédia que afetou a região.

Em seguida, foram apresentados os tribunais laureados.



## TRIBUNAIS PREMIADOS NA CATEGORIA PRATA:

Tribunal Superior do Trabalho

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Tribunal de Justiça do  
Estado do Rio de Janeiro

Tribunal de Justiça do  
Estado de Pernambuco

Tribunal de Justiça do  
Estado de Santa Catarina

Tribunal de Justiça do  
Estado do Rio Grande do Norte

Tribunal de Justiça do  
Estado do Tocantins

Tribunal de Justiça do  
Estado de Sergipe

Tribunal de Justiça do  
Estado da Paraíba

Tribunal Regional do  
Trabalho da 11ª Região (AM/RR)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 16ª Região (MA)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 21ª Região (RN)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 19ª Região (AL)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 20ª Região (SE)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 17ª Região (ES)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 7ª Região (CE)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 9ª Região (PR)

Tribunal Regional Eleitoral  
de Minas Gerais

Tribunal Regional Eleitoral  
do Rio Grande do Sul

Tribunal Regional Eleitoral  
do Rio de Janeiro

Tribunal Regional Eleitoral  
do Pará

Tribunal Regional Eleitoral  
de Alagoas

Tribunal Regional Eleitoral  
do Acre

Tribunal de Justiça Militar  
do Estado do Rio Grande do Sul



## TRIBUNAIS PREMIADOS NA CATEGORIA OURO:

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Tribunal de Justiça do  
Estado do Rio Grande do Sul

Tribunal de Justiça do  
Estado do Amapá

Tribunal de Justiça do  
Estado do Acre

Tribunal de Justiça do  
Estado do Pará

Tribunal de Justiça do  
Estado do Mato Grosso

Tribunal de Justiça do  
Estado do Maranhão

Tribunal Regional do  
Trabalho da 12ª Região (SC)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 6ª Região (PE)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 24ª Região (MS)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 23ª Região (MT)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 22ª Região (PI)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 15ª Região (SP/Campinas)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 1ª Região (RJ)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 4ª Região (RS)

Tribunal Regional Eleitoral  
de São Paulo

Tribunal Regional Eleitoral  
da Bahia

Tribunal Regional Eleitoral  
de Goiás

Tribunal Regional Eleitoral  
do Rio Grande do Norte

Tribunal Regional Eleitoral  
do Piauí

Tribunal Regional Eleitoral  
de Pernambuco

Tribunal Regional Eleitoral  
do Amazonas

Tribunal Regional Eleitoral  
do Tocantins

Tribunal Regional Eleitoral  
de Rondônia

Tribunal Regional Eleitoral  
de Roraima

Tribunal Regional Eleitoral  
do Espírito Santo

Tribunal de Justiça Militar  
do Estado de São Paulo

Tribunal Regional do  
Trabalho da 16ª Região



## TRIBUNAIS PREMIADOS NA **CATEGORIA DIAMANTE:**

Superior Tribunal Militar

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça do  
Estado de Goiás

Tribunal de Justiça do  
Distrito Federal e dos Territórios

Tribunal de Justiça do  
Estado do Amazonas

Tribunal de Justiça do  
Estado de Rondônia

Tribunal Regional Eleitoral  
do Paraná

Tribunal Regional Eleitoral  
do Maranhão

Tribunal Regional Eleitoral  
do Mato Grosso do Sul

Tribunal Regional Eleitoral  
de Sergipe

Tribunal Regional Eleitoral  
do Mato Grosso

Tribunal Regional Eleitoral  
do Amapá

Tribunal de Justiça Militar do  
Estado de Minas Gerais

Tribunal Regional do  
Trabalho da 3ª Região (MG)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 13ª Região (PB)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 14ª Região (RO/AC)

Tribunal Regional do  
Trabalho da 18ª Região (GO)

Tribunal Regional Federal  
da 2ª Região

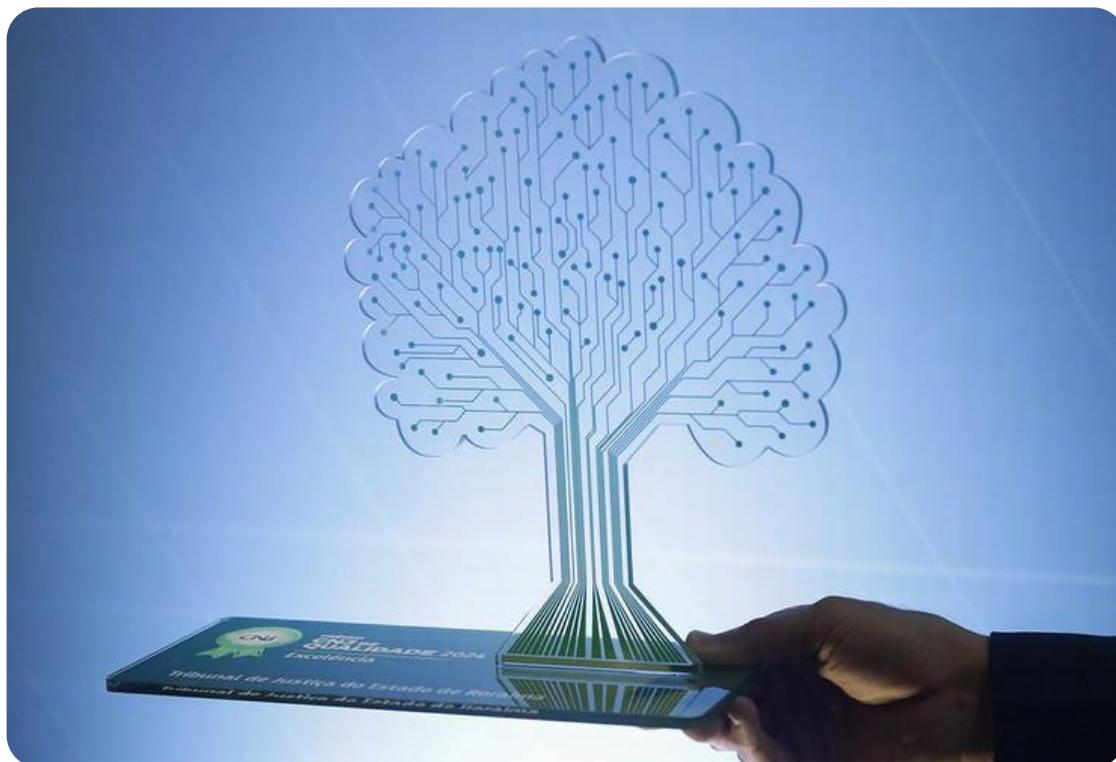


## TRIBUNAIS PREMIADOS NA **CATEGORIA EXCELÊNCIA:**

Tribunal Regional Eleitoral do Ceará

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA/AP)

Tribunal de Justiça do Estado de Roraima



Prêmio CNJ de Qualidade

# REUNIÕES SETORIAIS COM OS SEGMENTOS DE JUSTIÇA

As reuniões setoriais foram realizadas na tarde do dia 3 de dezembro com o objetivo de deliberar, votar e aprovar as Metas Nacionais e as Metas Específicas de cada segmento de justiça para o ano de 2025.

Participaram das reuniões os Presidentes de tribunais e/ou representantes designados, além de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário. Os trabalhos das setoriais foram conduzidos pelos Conselheiros do CNJ, juntamente com juízes auxiliares da Presidência e com o apoio técnico da equipe do Departamento de Gestão Estratégica (DGE) do Conselho.

As deliberações e as votações foram exclusivas para os Presidentes ou representantes designados para definir as Metas Nacionais e Específicas. Os segmentos de justiça e os demais participantes foram distribuídos em salas setoriais, da seguinte forma:

- **Superior Tribunal de Justiça**

**Coordenação:** Juiz Auxiliar da Presidência Fábio César Oliveira dos Santos.

- **Grupo da Justiça do Trabalho (TST, CSJT e TRTs)**

**Coordenação:** Conselheiros Ministro Guilherme Caputo Bastos, Alexandre Teixeira e Guilherme Guimarães Feliciano.

- **Grupo Justiça Federal (CJF e TRFs)**

**Coordenação:** Conselheiras Mônica Nobre e Daniela Madeira.

- **Grupo Justiça Estadual (TJs)**

**Coordenação:** Conselheiros José Rotondano e Renata Gil.

- **Grupo Justiça Eleitoral (TREs)**

**Coordenação:** Conselheiros Daiane Nogueira de Lira e Luiz Fernando Bandeira.

- **Grupo Justiça Militar (Justiça Militar da União e Militar Estadual)**

**Coordenação:** Conselheiro João Paulo Santos Schoucair.

# 18º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

CAMPO GRANDE/MS

2 E 3 DE DEZEMBRO DE 2024



Reunião Setorial da Justiça Eleitoral



Reunião Setorial da Justiça Estadual



Reunião Setorial da Justiça Federal



Reunião Setorial da Justiça Militar



Reunião Setorial da Justiça do Trabalho



Reunião Setorial do Superior Tribunal de Justiça

## PAINEL 01

# PORTAL ÚNICO E SISTEMA INTEGRA

A mesa do painel – Portal Único e Sistema Integra foi composta pela Secretária-geral do CNJ, Adriana Cruz, pelo Secretário de Estratégia e Projetos, Gabriel Matos e pelos Juízes auxiliares da Presidência Alexandre Libonati, Marcel Corrêa, Dorotheo Neto e Valter Shuenquener.

A Secretária-geral do CNJ, Adriana Cruz, destacou a importância do Portal Único e do Sistema Integra, ambos desenvolvidos a partir de demandas específicas do Judiciário e da sociedade. O Portal Único, uma prioridade desde o início da gestão, busca integrar serviços de forma horizontal e vertical, promovendo maior eficiência e transparência. Já o Integra foi concebido para otimizar o monitoramento de resoluções e reduzir a sobrecarga de ofícios e demandas aos tribunais. Ela ressaltou o esforço colaborativo na construção de soluções e a visão de futuro compartilhada entre os tribunais, além da necessidade de uma gestão mais ágil e inovadora.

Em seguida, o Juiz auxiliar da presidência, Marcel Corrêa, abordou a funcionalidade do Sistema Integra, criado para simplificar o monitoramento das mais de 600 resoluções do CNJ e melhorar a comunicação entre o Conselho e os tribunais. Ele destacou que o sistema oferece uma interface intuitiva, padroniza processos e facilita o acesso às informações sobre prazos e resoluções em acompanhamento. O Integra busca promover maior transparência, minimizar a burocracia e aprimorar a análise qualitativa das políticas judiciárias. Por fim, enfatizou a ideia de cooperação e eficiência entre CNJ e tribunais, simbolizada pelo design do sistema, que remete a um trabalho conjunto e em constante evolução.

Logo após, o Juiz auxiliar da Presidência Valter Shuenquener destacou a importância do lançamento do Portal de Serviços do Poder Judiciário, que centraliza e simplifica o acesso a informações e serviços judiciais em uma plataforma digital inovadora. O portal permite consultas processuais unificadas, acesso a documentos e movimentações processuais de todos os tribunais do país, além de possibilitar peticionamento eletrônico diretamente pela plataforma. Ele também mencionou o impacto positivo do projeto na transparência e eficiência do Judiciário, enfatizando sua relevância global como uma inovação tecnológica única no mundo. Por fim, agradeceu o esforço coletivo dos tribunais e parceiros que contribuíram para a concretização do portal.

O Juiz auxiliar da Presidência Dorotheo Neto apresentou as funcionalidades do portal na perspectiva dos advogados, destacando a consulta unificada em diversas jurisdições. Ele demonstrou como o portal facilita o acesso a informações processuais, incluindo a possibilidade de visualizar e baixar documentos diretamente na plataforma. Além disso, mostrou como os advogados podem realizar petições eletrônicas de maneira integrada e com suporte a diversos formatos de arquivo. Ressaltou também que o sistema oferece instruções internas para facilitar o uso, tornando-o acessível mesmo para quem nunca operou sistemas judiciais.



Mesa do painel 1 – Portal Único e Sistema Integra

## PAINEL 02

# TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE: CAMINHOS PARA O FUTURO DO PODER JUDICIÁRIO

A mesa do painel “Tecnologia, comunicação e sustentabilidade: caminhos para o futuro do Poder Judiciário” foi composta pelo Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, pelo vice-Presidente do STF, Ministro Edson Fachin, pela Secretária-geral, Adriana Cruz, pelo Secretário de Estratégia e Projetos, Gabriel Matos, pelo Juiz auxiliar da Presidência, Frederico Montedonio, pela Assessora chefe executiva do gabinete da presidência do CNJ, Leila Mascarenhas, e pelo Diretor-geral, Johaness Eck.

O Ministro Luís Roberto Barroso iniciou abordando três grandes temas: a revolução tecnológica, as plataformas digitais e a inteligência artificial. O Ministro Barroso destacou o impacto da revolução tecnológica nas relações sociais, econômicas e jurídicas, ressaltando como as plataformas digitais democratizaram o acesso à informação e comunicação, mas também abriram espaço para desinformação.

Em relação às plataformas digitais, o Ministro mencionou que essas desempenham um papel fundamental, democratizando o acesso à informação e à comunicação. Além disso, alertou para a crise dos meios de comunicação tradicionais, que perderam espaço para as plataformas digitais, e o impacto disso na formação de uma base factual comum. E destacou a importância de combater a desinformação e criar regulações para conter comportamentos coordenados inautênticos, protegendo a democracia e a civilidade.

Por fim, o Ministro explorou os avanços e desafios da inteligência artificial, destacando seu potencial para automação, melhoria em diversas áreas e impacto na vida cotidiana. Contudo, alertou para riscos éticos, como o uso bélico e a massificação da desinformação, e enfatizou a urgência de uma regulação responsável, especialmente em um contexto de rápida evolução tecnológica. O Ministro concluiu que, apesar das transformações tecnológicas, os valores fundamentais de justiça, verdade e dignidade permanecem essenciais para guiar a sociedade.



Mesa do painel 2 – Tecnologia, comunicação e sustentabilidade:  
caminhos para o futuro do Poder Judiciário

# PLENÁRIA DE ANÚNCIO DAS METAS 2025

Após todos os painéis do evento, iniciou-se a Plenária Final. Compuseram a mesa de encerramento: Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Luís Roberto Barroso; vice-Presidente do STF, Ministro Edson Facchin, Corregedor nacional de justiça, Mauro Campbell, Conselheiras e Conselheiros do CNJ, Ministro Caputo Bastos, José Rotondano, Mônica Nobre, Alexandre Teixeira, Renata Gil, Daniela Madeira, Guilherme Feliciano, João Paulo Schoucair, Daiane Nogueira de Lira e Luiz Fernando Bandeira de Mello.

O Ministro Luís Roberto Barroso agradeceu a participação de todos, e apresentou as metas que foram debatidas e votadas durante as reuniões setoriais dos segmentos de justiça.

A seguir, o Corregedor nacional de justiça, Mauro Campbell, enfatizou a importância das Metas Nacionais do Poder Judiciário como ferramentas para atender às demandas da sociedade, destacando o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na construção de normas eficazes e políticas públicas inclusivas. Ele mencionou também ações voltadas à proteção ambiental, regularização fundiária e combate à litigância predatória, ressaltando o compromisso com a construção de soluções colaborativas e inovadoras. Além disso, destacou o lançamento do Exame Nacional dos Cartórios (Enac) como um marco para a organização e modernização das atividades extrajudiciais no país. Finalizando, o Ministro convocou os membros do Judiciário a buscarem continuamente inovação e melhorias, reforçando o compromisso com a justiça acessível e eficiente para toda a sociedade.



Plenária de Anúncio das Metas 2025

# ANEXO I

## METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO 2025

### **META 1 – JULGAR MAIS PROCESSOS QUE OS DISTRIBUÍDOS**

(todos os segmentos)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/2024 a 19/12/2025.

### **META 2 – JULGAR PROCESSOS MAIS ANTIGOS**

(todos os segmentos)

Identificar e julgar até 31/12/2025

- **Superior Tribunal de Justiça:** 100% dos processos distribuídos até 31/12/2018.
- **Tribunal Superior do Trabalho:** 100% dos processos distribuídos até 31/12/2019.
- **Justiça Estadual:** pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 15 anos (2010) ou mais.
- **Justiça Federal:** todos os processos pendentes de julgamento há 16 anos (2009), 85% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º e 2º grau e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais.
- **Justiça do Trabalho:** pelo menos, 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e 100% dos processos pendentes de julgamento há 5 anos (2020) ou mais.
- **Justiça Eleitoral:** 70% dos processos distribuídos até 31/12/2023 e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2019) ou mais.
- **Justiça Militar da União:** todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 5 anos (2020) ou mais e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nas Auditorias e 99% dos processos distribuídos até 31/12/2023 no STM.
- **Justiça Militar Estadual:** todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 3 anos (2022) ou mais e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2023 nas Auditorias, e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2024 no 2º grau.

### **META 3 – ESTIMULAR A CONCILIAÇÃO**

(Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- **Justiça Estadual:** Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação.
- **Justiça Federal:** Aumentar o Índice de Conciliação do Justiça em Números em 0,5 ponto percentual em relação ao biênio 2023/2024. Cláusula de barreira: 8% de Índice de Conciliação.
- **Justiça do Trabalho:** Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

### **META 4 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELATIVOS AOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS**

(STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)

- **Superior Tribunal de Justiça:** Identificar e julgar até 31/12/2025, 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas aos crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2023 e identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.
- **Justiça Estadual:** Identificar e julgar até 31/12/2025, 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial as relativas a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão e identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.
- **Justiça Federal:** Identificar e julgar até 31/12/2025, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas aos crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2022 e identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.
- **Justiça Eleitoral:** Identificar e julgar até 31/12/2025, 90% dos processos referentes às eleições de 2022 e 50% dos processos referentes às eleições de 2024, distribuídos até 31/12/2024, que possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade.
- **Justiça Militar da União:** Identificar e julgar até 31/12/2025, 95% dos processos da meta distribuídos até 31/12/2022 nas Auditorias e 99% dos processos da meta distribuídos até 31/12/2023 no STM.
- **Justiça Militar Estadual:** Identificar e julgar até 31/12/2025, 95% das ações penais relacionadas aos crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive,

a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2023 no 1º grau, e pelo menos 95% das distribuídas no 2º grau até 31/12/2024.

## **META 5 – REDUZIR A TAXA DE CONGESTIONAMENTO**

(STJ, TST, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Militar da União e dos Estados)

- **Superior Tribunal de Justiça:** Reduzir em 0,5 ponto percentual, até 31/12/2025, a taxa de congestionamento dos processos no Superior Tribunal de Justiça, referente ao apurado em 2024.
- **Tribunal Superior do Trabalho:** Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024.
- **Justiça Federal:** Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira: 43%.
- **Justiça do Trabalho:** Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40%. Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.
- **Justiça Estadual:** Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2024. Cláusula de barreira: 56%.
- **Justiça Militar da União:** Reduzir, no mínimo, em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento no 1º grau, em relação a 2024.
- **Justiça Militar Estadual:** Reduzir, no mínimo, em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida na fase de conhecimento no 1º grau, em relação a 2023.

## **META 6 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DAS AÇÕES AMBIENTAIS**

(STJ, Justiça Estadual e Justiça Federal)

Identificar e julgar até 31/12/2025:

- **Superior Tribunal de Justiça:** 75% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024.
- **Justiça Estadual:** 50% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2024.
- **Justiça Federal:** FAIXA 1 (TRF1 e TRF6): 25% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental, distribuídos até 31/12/2024. FAIXA 2 (TRF2, TRF3, TRF4 e TRF5): 35% dos processos que tenham por objeto matéria ambiental, distribuídos até 31/12/2024.

## **META 7 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS AOS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS**

(STJ, Justiça Estadual e Justiça Federal)

Identificar e julgar até 31/12/2025:

- **Superior Tribunal de Justiça:** 75% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 75% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024.
- **Justiça Estadual:** 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024.
- **Justiça Federal:** FAIXA 1 (TRF1 e TRF6): 25% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 25% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas, distribuídos até 31/12/2024. FAIXA 2 (TRF2, TRF3, TRF4 e TRF5): 35% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 35% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas, distribuídos até 31/12/2024.

## **META 8 – PRIORIZAR O JULGAMENTO DOS PROCESSOS RELACIONADOS AO FEMINICÍDIO E À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES**

(STJ e Justiça Estadual)

Identificar e julgar, até 31/12/2025:

- **Superior Tribunal de Justiça:** 100% dos casos de feminicídio e de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023.
- **Justiça Estadual:** 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2023 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023.

## **META 9 – ESTIMULAR A INOVAÇÃO NO PODER JUDICIÁRIO**

(TST, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Militar da União e dos Estados, Justiça Eleitoral e Justiça do Trabalho)

- **Tribunal Superior do Trabalho, Justiça Estadual, Justiça do Trabalho:** Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos, um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade.
- **Justiça Federal:** Implantar, no ano de 2025, dois projetos oriundos do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um

laboratório de outra seção judiciária, tribunal ou órgão público, com avaliação de benefícios à sociedade relacionados à Agenda 2030.

- **Justiça Eleitoral:** Implantar, em 2025, um projeto oriundo do laboratório de inovação, de cujo desenvolvimento tenha participado pelo menos um laboratório de outro tribunal ou órgão da administração pública, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionados à Agenda 2030.
- **Justiça Militar da União:** Desenvolver, no ano de 2025, pelo menos um projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.
- **Justiça Militar Estadual:** Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos oriundos do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030.

## **META 10 – PROMOVER OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

- **Superior Tribunal de Justiça:** Julgar 100% dos casos de sequestro internacional de crianças, distribuídos até 31/12/2024.
- **Justiça do Trabalho:** Promover, no âmbito do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, pelo menos uma ação de combate ao trabalho infantil e de estímulo à aprendizagem, preferencialmente, voltada à promoção da equidade racial, de gênero ou diversidade do público-alvo, por meio do estabelecimento de parcerias interinstitucionais.
- **Justiça Estadual:** Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias.
- **Justiça Federal:** Identificar e julgar, até 31/12/2025, 100% dos casos de subtração internacional de crianças distribuídos até 31/12/2024, em cada uma das instâncias.
-

## ANEXO II

# METAS ESPECÍFICAS DOS SEGMENTOS DE JUSTIÇA PARA 2024

Os Presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Brasília/DF, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024, durante o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as seguintes Metas Específicas para o Judiciário Brasileiro alcançar em 2025.

### **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Priorizar o julgamento das ações coletivas: Julgar, até 31/12/2025, 99% dos recursos oriundos de ações coletivas distribuídos até 31/12/2023.

Priorizar o julgamento dos processos dos recursos repetitivos: Garantir tempo médio de 365 dias da afetação à publicação do acórdão dos recursos repetitivos.

### **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

Promover o Trabalho Decente: Promover, no âmbito do Trabalho Decente, pelo menos 1 (uma) ação nacional relacionada a cada um dos Programas Nacionais da Justiça do Trabalho por meio do estabelecimento de parceria(s) interinstitucional(is).

Priorizar o julgamento das ações coletivas: Identificar e julgar até 31/12/2025 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2022.

### **JUSTIÇA MILITAR CELERIDADE**

- **JMU:** Justiça Militar da União: Julgar, em até 180 dias corridos, 60% dos processos originários e em grau de recurso no STM;
- **JME:** Julgar, em até 180 dias corridos, 65% no 1º grau e, em até 120 dias, 90% no 2º grau, dos processos originários e, em até 120 dias, 90% no 2º grau dos recursos cíveis e criminais na Justiça Militar Estadual.

### **DIVULGAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR**

- **JMU:** Realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar da União no ano de 2025, sendo, no mínimo, 50 ações

no Superior Tribunal Militar e 2 ações por Auditoria em CJM em que não houver foro e 4 por CJM em que houver.

- **JME:** Realizar ações de divulgação à sociedade referentes às funções e às atividades da Justiça Militar no ano de 2025, sendo, no mínimo, 6 ações em cada Justiça Militar Estadual.

## JUSTIÇA ESTADUAL

Promover os direitos dos idosos: Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 80% e no 2º grau, 90% dos processos em fase de conhecimento relacionados ao direito do idoso, distribuídos até 31/12/2024 nas respectivas instâncias.

## JUSTIÇA DO TRABALHO

### PROMOVER A SAÚDE DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Instituir, anualmente, o Plano de Qualidade de Vida do tribunal e alcançar em 2025:

**a)** a participação de pelo menos 10% do número total de magistrados(as) ativos(as) no TRT e de 15% do número total de servidores(as) ativos(as) no TRT, considerando o quantitativo total de participantes distintos no conjunto de ações de qualidade de vida planejadas;

**b)** a realização de exames periódicos de saúde em 15% dos(as) magistrados(as) e 15% dos(as) servidores(as);

**c)** a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior;

**d)** a promoção de pelo menos 1 (uma) ação em que participem terceirizados(as), estagiários(as) e aprendizes.

## ANEXO III

**PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO NACIONAL****18º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO**

CAMPO GRANDE/MS

2 E 3 DE DEZEMBRO DE 2024

**PROGRAMAÇÃO**

TEMA: COMUNICAÇÃO, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE.

DATA: 2 E 3 DE DEZEMBRO DE 2024.

LOCAL: CAMPO GRANDE – MS

OBS.: A PROGRAMAÇÃO ESTÁ NO HORÁRIO LOCAL DE CAMPO GRANDE/MS. EXISTE DIFERENÇA DE HORÁRIO EM RELAÇÃO A BRASÍLIA (-1H).

**2 DE DEZEMBRO DE 2024**

|       |  |
|-------|--|
| 17H   | CRENCIAMENTO - Centro de Convenções Arquiteto Rubens Gil de Camillo                |
| 18H   | ABERTURA OFICIAL - Ministro Luís Roberto Barroso   Balanço de 1 ano de gestão      |
| 19H30 | CONFERÊNCIA - Leandro Karnal   Ética, Direito e Justiça num mundo em transformação |
| 20H30 | INAUGURAÇÃO DOS ESTANDES DO PROGRAMA JUSTIÇA 4.0                                   |
| 21H15 | SHOW MUSICAL   |
| 22H15 | COQUETEL   |

**3 DE DEZEMBRO DE 2024**

|       |  |
|-------|--|
| 9H30  | PANORAMA DOS TRIBUNAIS SUPERIORES - Ministro Luís Roberto Barroso, Ministro Edson Fachin, Ministro Herman Benjamin (STJ), Ministro Joseli Parente Camelo (STM), Ministro Aloysio Corrêa da Veiga (TST) |
| 10H30 | PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2024   |
| 12H30 | INTERVALO PARA ALMOÇO  |
| 14H   | REUNIÕES SETORIAIS   |
| 16H   | APRESENTAÇÃO DO PORTAL ÚNICO E DO SISTEMA INTEGRA  |
| 16H30 | PAINEL - Ministro Luís Roberto Barroso   “Tecnologia, comunicação e sustentabilidade: caminhos para o futuro do Poder Judiciário”  |
| 17H45 | ANÚNCIO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO 2025 - Ministro Luís Roberto Barroso<br>PALESTRA DE ENCERRAMENTO - Ministro Mauro Campbell Marques   |
| 19H   | COQUETEL DE ENCERRAMENTO   |

## ANEXO IV

# LINKS DAS APRESENTAÇÕES DO EVENTO

Os vídeos de apresentação da Reunião e dos respectivos painéis realizados no evento podem ser acessados pelos links:

**18.º Encontro Nacional do Poder Judiciário** (02/12/2024)

**18.º Encontro Nacional do Poder Judiciário** (03/12/2024 - manhã)

**18.º Encontro Nacional do Poder Judiciário** (03/12/2024 - tarde)

Outros links:

**Resultado do Prêmio CNJ de Qualidade 2024**

**Metas Nacionais aprovadas no 18º ENPJ**

**Metas Específicas aprovadas no 18º ENPJ**

**Programa Justiça 4.0 no 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário**





CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA